

INQUÉRITO PÚBLICO



RUI GAUDÊNCIO

“Vai haver muito aluno sem aulas, longos períodos, em algumas disciplinas”

Joana Mesquita

Isabel Flores Para a investigadora, as medidas do Governo “são sinal positivo”, mas impacto deve ser “nulo ou marginal”

Subsídio para professores deslocados é “frágil”, defende Isabel Flores, investigadora em educação e directora executiva do Instituto para as Políticas Públicas e Sociais – Iscte. Em causa está o subsídio, anunciado na quinta-feira pelo Governo, atribuído a docentes que leccionem a mais de 70 quilómetros da sua residência e cujo valor oscila entre 75 e 300 euros, variável consoante a distância.

A medida, tal como o concurso extraordinário de vinculação, anunciado no mesmo dia, abrange apenas as 169 escolas – todas em Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve – com maiores carências de professores. O objectivo é contrariar a situação de “alunos sem aulas nuns sítios e professores

sem alunos noutros”, apontou o ministro da Presidência, António Leitão Amaró. Para a investigadora, as iniciativas não têm “capacidade de resolução de coisa nenhuma” e “vai haver muito aluno que não vai ter aulas, durante longos períodos, em algumas disciplinas”.

As medidas do Governo resolvem, ou atenuam, o problema da falta de professores no Sul?

É muito bom o Governo tomar medidas para este tema, mas o impacto para a solução do problema, que é extraordinariamente complexo e precisa de medidas estruturantes, é, possivelmente, nulo ou marginal. É muito bom que haja um concurso, que fixe as pessoas e que lhes dê carreiras, mas as escolas que no concurso anterior ficaram vazias, possivelmente, não têm candidatos e assim se vão manter num concurso extraordinário. A questão do pagamento de deslocação é frágil. O preço pago por uma casa não está indexado à distância face à sua casa original. [O subsídio] está mal feito, mais do

que aos quilómetros, tem que estar indexado ao local. Tem que se pensar em dar um apoio de deslocação às pessoas que lhes permita viver: 75 euros não alteram em nada a capacidade de se arrendar uma casa. São sinais positivos, mas não creio que tenham capacidade de resolução de coisa nenhuma.

As medidas – por serem só para escolas com maior carência de professores – criam desigualdades?

Desigualdades vamos estar sempre a criar. Os problemas são diferentes, têm que ser resolvidos com medidas diferentes. Não me choca que escolas em que estamos com dificuldades em recrutar tenham condições especiais, que estão abertas a todos, para recrutar. Os que se sentem injustiçados e querem ir para lá podem concorrer e ir.

Mas há professores a mais de 70 quilómetros das escolas que não vão receber subsídio.

Com certeza. Todos os professores deslocados deveriam receber um subsídio indexado ao sítio onde

estão colocados, digno e igual para todos. Incluindo os professores que são contratados para substituir colegas de baixa ou ausentes. Se queremos ter pessoas a trabalhar nos sítios em que precisamos delas, temos que garantir que as pessoas podem viver e que podem ter uma vida digna. Uma política de emergência, que é “falta-nos um número de pessoas em certas escolas e portanto vamos dar um subsídio para as atrair”, não vai funcionar. Ninguém vai concorrer a uma escola porque lhe dão 75 euros.

Como é que o problema se pode resolver?

É um problema de desequilíbrio entre procura e oferta, que se prende com um aumento da necessidade de professores, apesar de o número de alunos ter vindo a baixar. Cada vez empregamos mais professores por aluno, devido ao alargamento da escolaridade, ao alargamento aos técnico-profissionais e ao aumento das horas que os alunos passam na escola. Aumentou muito a necessidade de professores e, durante muitos anos, travou-se a formação. Além disso, temos uma população de professores ‘entradora’, com maior probabilidade de ficar doente e de baixa.

A necessidade de professores substitutos também aumenta. Tem que se fazer coisas muito pouco populares: aumentar turmas e reduzir o número de horas em que os alunos estão na escola com um professor. Vamos ter que precisar de menos pessoas do que aquelas de que precisamos neste momento. Por outro lado, tem que se diversificar a formação de professores e têm que ser criadas medidas realmente atractivas, que melhorem a imagem da profissão, para que ser professor se torne uma coisa mais compensatória, não só financeiramente, mas também do ponto de vista da carreira, da importância de ser professor.

Como é que prevê o início do novo ano lectivo?

A falta de professores vai-se manter e agravar um bocadinho face ao ano passado. Este ano, temos mais professores que não foram colocados no início do ano e vamos ter uma crescente dificuldade na substituição de professores doentes. As substituições da bacia do Tejo para baixo são impossíveis porque não há professores, as reservas de professores secam em Setembro e não há docentes para o resto do ano. Vai haver muito aluno que não vai ter aulas, durante longos períodos, em algumas disciplinas.